

CONSTITUINTE

O projeto alternativo

ANC 86

Os contratos de risco e a estabilidade no emprego caíram no novo anteprojeto do grupo José Richa, que propõe também medidas antiestatizantes.

O fim dos contratos de risco para a exploração de petróleo por empresas estrangeiras, em áreas determinadas do território nacional, consta do substitutivo a ser apresentado ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral pelo grupo do senador José Richa (PMDB-PR), que já reduziu de 491 para 297 os artigos do esboço da futura Constituição. O fim dos contratos de risco foi aprovado quase pela unanimidade dos 32 integrantes do grupo, ontem na discussão sobre o capítulo da Ordem Econômica e Financeira.

Outras alterações importantes em relação ao anteprojeto original de Cabral são propostas, como o fim da estabilidade no emprego, trocando-se a expressão "relação de emprego estável" por "duradoura" e a indefinição com relação à jornada semanal de trabalho, excluindo do texto o dispositivo que estabelecia as 48 horas. No capítulo referente à saúde foi excluído quase todo o texto do anteprojeto, para ser trocado por outro, restabelecendo o princípio do sistema de saúde integrado, público e privado. Com isso cai a estatização dos serviços de saúde constante do anteprojeto da Comissão de Sistematização, livrando o setor privado, igualmente, da intervenção e da desapropriação pelo poder público, nele previstas.

Risco

Os contratos de risco foram excluídos através do acréscimo de mais dois parágrafos ao artigo 310 do anteprojeto, que trata do monopólio da União. O parágrafo VI estabelece que "o monopólio descrito no caput inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, ficando vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou valor, em jazidas de petróleo ou de gás natural, seja a que pretexto for". Outros dispositivos acrescentados ao anteprojeto de Cabral tornam monopólio da União a importação e exportação dos derivados de petróleo, bem como o reprocessamento, além da pesquisa, da lava e do enriquecimento.

Com relação à saúde, houve quase unanimidade do grupo contra a estatização do setor prevista pelo anteprojeto da Sistematização, e toda a seção I será reescrita, com oito artigos. O parágrafo 3º do artigo 350, onde se afirmava que o poder público pode "intervir" nos serviços privados de saúde, foi substituído por "fiscalizar" e suprimido o final, que facultava ao governo o poder de desapropriação.

Na seção referente à seguridade social houve também alterações importantes. Define o substitutivo que o Fundo de Seguridade Social será regulamentado posteriormente por lei complementar, sendo retirada a expressão "compulsoriamente" do artigo 355, que estabelece o financiamento da seguridade social por toda a sociedade, de forma direta ou indireta, mediante as contribuições sociais. Nova redação também será feita desta seção, excluídas que foram todas as formas de contribuição especificadas no anteprojeto.

Outra alteração importante, determinada pelos integrantes do grupo liderado pelo senador José Richa e de caráter antiabortivo, incluída no capítulo da Família, do Menor e do Idoso, estabelece que é dever do Estado e da sociedade proteger o menor, "assegurando-lhe o direito à vida desde sua concepção". Esse detalhe não era especificado no anteprojeto de Bernardo Cabral. Houve outras sugestões de alteração de caráter redacional, sendo que ao longo do anteprojeto dezenas de parágrafos foram suprimidos por representar obviedades, como a menção "ao meio ambiente ecologicamente equilibrado". Ou ainda "a família constituída pela união estável entre o homem e a mulher".

O grupo de 32 constituintes, reunidos pelo senador José Richa, encerrou ontem seus trabalhos com o debate sobre a reforma agrária, limitando-se à simples apreciação do texto do anteprojeto, porque esse e outros temas polêmicos, como o mandato



O grupo se reúne, para enxugar o texto.

Privilégios para a Aliança Democrática? Cabral não admite.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), reagiu à sugestão do presidente do PFL, Marco Maciel, para submeter previamente seu substitutivo à Aliança Democrática, e disse ontem, após reunião com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que só aceita entregar para exame o seu trabalho se for para todos os líderes partidários e não apenas ao PMDB e PFL.

Cabral considerou importante contribuição para o seu substitutivo, que deverá antecipar para o dia 20 próximo (três dias antes do prazo regimental), que todos os líderes opinem e resolvam quais os pontos de consenso que chegarão ao plenário em bloco, deixando para a votação apenas os pontos polêmicos.

O relator garantiu que somente depois de estar encerrado o prazo para encaminhamento de emendas dos constituintes e emendas populares e estiver concluído o trabalho dos grupos interpartidários no próximo dia 13 é que ele estará apto para apresentar o seu parecer em sete ou oito dias. Esse substitutivo terá novo prazo de seis dias para ser emendado (apenas nas inovações) e então o relator terá mais oito dias para apresentar um novo substitutivo, que será o projeto definitivo de Constituição.

Grupos

Com a Constituinte, entrando em sua fase decisiva, o surgimento ou mesmo o reforço de grupos buscando a defesa de seus interesses tornou-se rotina. On-

tem eles foram estimulados pelo presidente Ulysses Guimarães, que afirmou que vê "com muito bons olhos" essas reuniões das várias tendências. Quanto à definição de sistema de governo e fixação do mandato presidencial, Ulysses prevê que só serão resolvidos mediante votação em plenário.

Revelando preocupação com matérias polêmicas, surgiu ontem um novo grupo, que se auto-denomina "anti-esquerdista", seguindo o líder da oposição, Amarel Neto (PDS), e para outros de "unidade democrática", enquanto o deputado Cardoso Alves (PMDB) classifica como "apartidário". Ontem, eles divulgaram manifesto em defesa da livre iniciativa, o direito à propriedade com justiça social, e desenvolvimento sem estatização. Assinaram o documento, entre outros, o líder do governo Carlos Sant'Anna, o líder do PFL, José Lourenço, o do PTB, Gastone Righi, o do PDC, Siqueira Campos e do PL, Guilherme Afif Domingos.

Em outra reunião ontem à noite na residência do deputado Marcus Lima (PMDB), o grupo centro-democrático, fez um balanço da própria atuação, lembrando que há um sentimento de injustiça porque, depois da convenção nacional do PMDB, foram abandonados pelo líder Sant'Anna. A preocupação do grupo continua a mesma: conseguir influenciar e participar mais do governo, através da obtenção de cargos. E justamente neste ponto que reside a diferença entre o grupo e o "anti-esquerdista", este último se diz descomprometido com o governo.

Reforma agrária: uma discussão extra. Com muita cautela.

Um dos temas mais polêmicos da Constituinte começa a ser debatido na sessão extraordinária noturna de hoje — a reforma agrária. Ninguém espera, contudo, o mesmo tumulto que o assunto provocou durante os trabalhos na comissão temática. Não haverá participação de populares nem votação; apenas discursos, que o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, espera que sejam "lúcidos e inteligentes, de homens que sabem como fazer uma reforma agrária".

O ingresso nas galerias foi estrategicamente limitado: as 438 senhas foram distribuídas com cuidado e rigor entre os partidos políticos seguindo um critério de proporcionalidade, mas com ligeiro benefício para os pequenos. Caiado espera levar representantes da UDR, embora até ontem não tivesse definido a quantidade. Nessa fase, de qualquer forma, ele não considera necessária a presença maciça da UDR na Esplanada. Prefere aguardar o cronograma da Constituinte e, na etapa das votações da política agrícola e da reforma agrária, desencadear uma operação nacional.

"Não é justo deslocar milha-

res de pessoas só para ouvir os constituintes do lado de fora", ponderou Caiado. "Isso se ouve nas regionais." Mas Caiado garante que os representantes da regional de Brasília estarão atentos aos debates:

A Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — pretende levar hoje à noite 200 lideranças de todo o País às galerias, "para acompanhar como observadoras e analisar a posição de cada constituinte sobre o tema" — dizia ontem o secretário-geral da entidade, André Montalvão da Silva. A Contag, segundo ele, está fazendo um trabalho de politização. "Mas temos bem claro que não vamos enfrentar o poder econômico que elegeu dezenas de parlamentares para defender seu interesse", constatou Montalvão. "É difícil sensibilizar quem advoga em causa própria."

Montalvão não concorda que os trabalhadores na agricultura estejam desesperançados: "Eles estão analisando a atuação de cada constituinte através dos ruralistas de cada estado e estão estruturados para atuar com peso na plenária da votação."

A organização do Estado

Na sessão noturna de ontem da Constituinte, reservada ao debate sobre União, Estados e Municípios, o deputado José Serra (PMDB-SP) falou em perseguir o equilíbrio. "Houve excessiva centralização financeira em mãos da União, a partir de 1964. Seria absurdo prosseguir nesse erro agora", sustentou. O primeiro orador da noite foi João Cunha (PMDB-SP),

que criticou toda a cúpula do PMDB e a condução da política econômica do País. O líder do PTB, Gastone Righi, insistiu em sua proposta de modificação política do País: "O Brasil será uma República unitária com três esferas de administração pública. É hora de extinguir os Estados". E Aloísio Chaves (PFL-PA) defendeu a autonomia municipal no setor financeiro.

presidencial e o regime de governo, não foram debatidos. Em relação ao anteprojeto de Cabral, houve outras alterações estabelecendo a municipalização da política de amparo ao menor, o fim do salário mínimo nacional unificado e do transporte público gratuito para maiores de 65 anos.

O senador José Richa esclareceu que se o relator Bernardo Cabral não aceitar o substitutivo, o trabalho de seu grupo será reduzido a no máximo 30 emendas, "para tirar toda a gordura do texto". Admitiu Richa que havia uma grande quantidade de definições óbvias e dispensáveis no anteprojeto, e esse trabalho deveria ter sido feito pelos constituintes desde o início, ou seja, a partir de um documento básico.

O senador acha que o documento final será adotado pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com o apoio de todos os partidos, e encaminhado à Comissão de Sistematização na forma de substitutivo.

O grupo suprapartidário, que debate os temas polêmicos da Constituinte para apresentar emendas ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral deve concluir seu relatório até amanhã — e nas reuniões da próxima segunda-feira poderão estar prontas as emendas, de acordo com o líder do grupo, deputado Euclides Scalco. Hoje, Scalco vai conversar de manhã com o senador José Richa e outros integrantes do seu grupo para darem início a uma etapa conjunta de trabalho.

Por enquanto o grupo não chegou e nenhuma decisão sobre os temas polêmicos, pois se cerca de 60 parlamentares participaram do encontro, pela manhã, de tarde poucos compareceram, em virtude do enterro da esposa do senador Jarbas Passarinho. O senador Severo Gomes informou que o parecer sobre a conceituação da empresa privada será basicamente o mesmo do anteprojeto do relator Bernardo Cabral, defendendo o grupo apenas a supressão de alguns parágrafos dos artigos 301 e 303, sem alterar a essência da proposta.



Ulysses e a festa na Constituinte

Ulysses, entre as mulheres.

A entrega, ontem, em Brasília, de mais quatro propostas de emenda popular à Constituinte, foi uma verdadeira festa. Entre as quatro estavam as propostas estabelecendo a aposentadoria da mulher dona-de-casa pela Previdência Social e a aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço. Cercado por dezenas de mulheres, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ressaltou a "importância daquela montanha de assinaturas", afirmando que as propostas populares têm o mesmo peso das apresentadas pelos constituintes, mas com uma diferença fundamental:

"As dos constituintes, mesmo que importantes, são pessoais, enquanto essas representam o interesse de uma categoria inteira".

Foram apresentadas ainda propostas pela incorporação de mecanismos de participação popular na nova Carta, bem como estabelecendo os direitos da mulher.

No total, as quatro propostas receberam 537.595 assinaturas, sendo 110 mil apenas na da aposentadoria da dona-de-casa. Ulysses pediu que os líderes dos movimentos populares fiscalizem sua tramitação.